

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA: Algumas problematizações

Giovanna Faria Silva, FEESU/FUPAC, giovannaf18@outlook.com
Bill Robson Monteiro Lisboa, FEESU/FUPAC, billrobsonmg@hotmail.com

O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial. Se seguirmos a lógica desse mito, ou seja, de que todas as raças e/ou etnias existentes no Brasil estão em pé de igualdade sócio-racial e que tiveram as mesmas oportunidades desde o início da formação do Brasil, poderemos ser levados a pensar que as desiguais posições hierárquicas existentes entre elas devem-se a uma incapacidade inerente aos grupos raciais que estão em desvantagem, como os negros e os indígenas. Dessa forma, o mito da democracia racial atua como um campo fértil para a perpetuação de estereótipos sobre os negros, negando o racismo no Brasil, mas, simultaneamente, reforçando as discriminações e desigualdades raciais. (Nilma Lino Gomes)

Resumo Expandido

O presente documento “Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, publicado pelo Ministério da Educação no ano de 2004, tem como finalidade combater as práticas preconceituosas e racistas, visando o empoderamento da cultura negra na sociedade. Com relação ao “mito” da meritocracia dizem socialmente que cada indivíduo tem a capacidade de se desenvolver e alcançar seus objetivos, independente da sua classe, ou a história dos seus antepassados e sem necessitar da ajuda do Estado, mas essa ideia de “mérito” tem levado a desigualdade e o preconceito social, pois a comunidade Afro-brasileira e seus descendentes passam por dificuldades diárias para alcançar aquilo que para outros/as já se foi conquistado no passado. Afinal como podemos reparar essas injustiças causadas no passado, e que se refletem até hoje?

De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal de 1988 “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...], garantido assim o direito à vida, a liberdade, a igualdade, a segurança, dentre outros”. Sendo assim as pessoas negras devem receber os mesmos direitos/tratamentos que pessoas brancas, por outro lado, nota-se, ainda, um alto nível de ocorrências de racismo na sociedade atual, isso demonstra vestígios do passado, pois o trabalho escravo sustentou o nosso país durante anos, “racismo mata”.

Um jovem negro é assassinado a cada 23 minutos no Brasil [...] diz coordenador da Organização das Nações Unidas (ONU), é preciso uma reeducação para que crimes como estes possa ter fim. É necessária uma reeducação, reeducar não é uma função apenas da

escola, mas na verdade, essa tarefa é dever de toda a sociedade, a reeducação pode ser através de uma mudança de atitudes, deixando de fazer uso de frases, piadas e pensamentos que são errôneos, e que vão contra a cultura africana, sendo que esta faz parte da cultura do Brasil e deve ser respeitada e valorizada de igual modo como as demais, logo as escolas e a sociedade devem repudiar qualquer mecanismo de preconceito.

Por essa sociedade enfrentar várias dificuldades nas suas conquistas como, por exemplo, para se ingressarem em uma Universidade, o Estado criou o sistema de cotas, uma política de reparação histórica com o foco em levar justiça e igualdade para os Afro-Brasileiros, essas políticas são criadas pelo fato de que logo após a lei Áurea ter sido sancionada, com o intuito de romper com a escravidão no Brasil em 1888, posteriormente os/as negros/as não tiveram nenhuma abertura para poderem estudar, ou “melhorar de vida” naquela época, por isso essas pessoas ficaram a margem da sociedade, então a finalidade dessas políticas é corrigir as marcas do preconceito deixadas pela escravidão, além disso, oportunizar o acesso à educação superior da população negra.

Segundo a lei 10.639/2003 é obrigatório estar no currículo das escolas o ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e africana, é importante que professores/as problematizem esses conteúdos para a suas aulas, pois dessa forma os/as alunos/as se sentiram valorizados/as, respeitados/as, pois através disso os/as estudantes poderão ficar livres de preconceitos através de falsas ideias sobre a cultura africana. A meritocracia racial só poderia funcionar quando todas as pessoas tiverem as mesmas condições e oportunidades sociais para manifestar suas potencialidades, mas quando se trata de um país desigual e subdesenvolvido como o Brasil, é necessário que haja uma mobilização forte do Estado de incentivo para pessoas negras, no sentido financeiro, assistência familiar, uma educação pública de qualidade, permitir o acesso a cursos profissionalizantes e curso superior. Portanto, as ações governamentais ajudam a minimizar essas desigualdades raciais, sendo um processo longo e depende do desenvolvimento de toda nação.

Palavras-Chave: Cultura Afro-Brasileira; Meritocracia: Diversidade Cultural.

Referência

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Ético-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília/DF, 2004.